

MOÇÃO POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO NACIONAL 2025

OUVIR E DAR VOZ ÀS PESSOAS

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

AO SERVIÇO DE PORTUGAL





Caras e caros camaradas,
Amigos e amigas,

Volto a ser candidato a Secretário-Geral do Partido Socialista porque continuo convencido de que a visão que defendo para o PS, o modo como entendo que ele se deve posicionar na sociedade portuguesa, correspondem ao que os militantes e os portugueses esperam dele. Sou candidato por opção, mas também por sentido do dever. O meu dever, como o de todos os socialistas responsáveis, é levar o PS de novo para um lugar à altura da sua história e ganhar de novo a confiança dos portugueses para um projeto democrático, progressista e reformista.

Sei que o nosso partido está a viver um momento difícil. Com toda a humildade democrática, temos de reconhecer a evidência: o Partido Socialista teve, nas eleições legislativas de maio, uma das maiores derrotas da sua história. Todos somos responsáveis nesta derrota, como todos fomos obreiros das vitórias anteriores. O que procurarei fazer e vos peço que façam é uma análise profunda daquilo em que falhámos, de quando falhámos, do que devíamos ter acautelado.

Temos o dever de saber ouvir e dar voz às pessoas e às suas expressões cívicas e institucionais. O PS que defendo e quero reerguer convosco assumirá esse dever, terá essa capacidade e repensar-se-á para o fazer. Acredito que esse é o caminho que temos de percorrer em conjunto para voltarmos a fazer do PS o maior partido português.

Sou um homem do socialismo democrático. Um progressista com profundas convicções humanistas.

Defensor intransigente da igual dignidade de todo o ser humano. Nascido e criado em Baião, sei a diferença entre o fascismo e a democracia, agradecido à democracia pelas oportunidades que a ditadura nunca me daria, feito na escola pública. Sei que os portugueses construíram a pulso as grandes melhorias que viveram nos últimos cinquenta anos. Ao longo da vida, procurei sempre aprender com cada experiência que tive. Fui Vereador na oposição e Presidente de Câmara. Estive no Comité das Regiões na União Europeia. Presidi a um Agrupamento de Centros de Saúde. Fui Presidente de uma Cooperativa de Desenvolvimento Regional, gestora de um Programa Europeu de desenvolvimento local. Conheci a nossa diáspora no mundo como Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas. Servi o PS como Secretário-Geral Adjunto. Fui ministro da Administração Interna e deputado. Quero dizer-vos que aprendi muito com cada uma destas experiências. As lições aprendidas ao longo de uma vida de quase 30 anos de serviço público dão-me uma grande clareza no modo como olho para os complexos desafios que o País tem de enfrentar e sobre como o PS se deve posicionar para servir Portugal.

Seremos o partido da oposição responsável e firme ao governo. Mas isso não deve impedir os consensos democráticos em áreas de Estado. Com toda a humildade democrática, apresento-me diante de todas e de todos vós com o espírito de servir o PS e de servir Portugal. Quero um Partido Socialista aberto a todos que se revejam nos nossos valores, disponível para ouvir todas e todos os portugueses.

Esta não é uma tarefa de uma pessoa só. É uma tarefa de todas e de todos os socialistas. Unidos em nome dos nossos ideais, da nossa visão para o país que é o nosso: Portugal. Como candidato a Secretário-Geral do PS irei ao encontro de todos. Procurarei a unidade e conto com todos.

Convoco-vos a todas e a todos para fazermos este caminho em conjunto. Caminhemos juntos ao encontro dos portugueses!





OUVIR E DAR VOZ ÀS PESSOAS

José Luís Carneiro

A última década foi, em Portugal, na Europa e no mundo, um tempo de grandes transformações sociais, políticas e económicas. O crescimento avassalador das redes de comunicações e de informação, a criação de grandes aglomerados detentores de dados e de capacidade de influência, trouxeram à vida das sociedades novas exigências.

Durante este período, o Partido Socialista governou Portugal numa situação difícil, que advinha da intervenção externa, e em que foi necessário devolver direitos e rendimentos, sem deixar de garantir contas públicas saudáveis. Governou, ainda, em tempo de pandemia. E, quando tinha condições para, por fim, conseguir iniciar um processo de transformações mais profundas, a Rússia invadiu a Ucrânia e ressurgiu a inflação.

A nossa última governação, que foi a mais longa de todas as que o PS assumiu desde o 25 de Abril, foi também implicada pelo facto de ter sido necessário criar acordos parlamentares que duraram até 2019. Foi, ainda, determinada pela realidade parlamentar, já sem novos acordos e, por último, por uma maioria absoluta que foi abruptamente interrompida.



O PS é o grande partido da esquerda democrática em Portugal. A sua História confunde-se com a da democracia portuguesa, do seu desenvolvimento económico, social e ambiental e da sua integração na Europa. A sua Declaração de Princípios proclama: "O PS empenha-se em que a sociedade portuguesa seja organizada na base dos valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade, e esteja aberta à diversidade, à iniciativa, à inovação e ao progresso". O PS esteve e estará sempre do lado da defesa da democracia e da construção de políticas capazes de responder às necessidades do País e à vontade de mudança das cidadãs e dos cidadãos. Assumimos com seriedade as nossas responsabilidades, com a mesma determinação com que liderámos avanços estruturais na coesão social, nos direitos fundamentais e na modernização da nossa economia. Fomos, somos e seremos a força maior da liberdade, do progresso e da justiça social. Comprometidos com os valores europeus e atentos às necessidades concretas das pessoas, rejeitamos tanto o idealismo desligado da realidade como o adiamento resignado de soluções. O nosso compromisso é claro: servir Portugal com coragem, com seriedade e com ambição.

O PONTO DE PARTIDA

A eleição do novo Secretário-Geral, a que se seguirá um grande debate que nos levará ao XXV Congresso, ocorre na sequência de uma das mais pesadas derrotas eleitorais alguma vez sofridas pelo PS. Ainda que inserida num quadro de significativa contração dos partidos socialistas democráticos, sociais-democratas e trabalhistas, no conjunto das democracias ocidentais, a situação política nacional obriga o PS a uma reflexão profunda. Esta é, contudo, uma oportunidade decisiva para o Partido Socialista ouvir com humildade, reconhecer erros e responder com propostas claras e transformadoras. Este é o tempo de olhar para dentro com exigência e para fora com responsabilidade. De reconhecer que as mudanças profundas no panorama político nacional exigem uma renovação corajosa: novas formas de fazer política, novos protagonistas e novas respostas para os problemas do nosso tempo.

Em termos globais, as forças moderadas enfrentam dificuldades na adesão popular às suas propostas. Também o PS terá de refletir sobre a atualidade programática das propostas de concretização do seu ideário e sobre a melhor forma de comunicar essas propostas, num quadro de renovação e de abertura à sociedade portuguesa. Num ambiente político e social onde percepções erradas e manipuladas se sobrepõem aos factos, onde a desinformação alastra e a confiança nas instituições se esvai, o PS tem de estar à altura da sua História: ser um pilar de estabilidade e, ao mesmo tempo, um motor de reinvenção democrática. Falar com clareza, sem condescendência ou paternalismo. Comunicar diretamente com as pessoas, com verdade e respeito, é hoje mais do que necessário, é determinante. A confiança constrói-se com verdade, não com marketing político.

A transformação de Portugal ao longo dos últimos trinta anos foi impulsionada pela visão estratégica do PS aplicada desde 1995, que produziu saltos muitos significativos nas qualificações, nas infraestruturas, na inovação e na coesão social e territorial. O caminho de sucesso que se verifica na dupla transição energética e digital, sobre a qual se constrói hoje a indústria verde e a economia digital, é resultado de uma política assente na ciência e na tecnologia.

“

Uma vez mais, o PS construirá uma ambição de modernização e de progresso para Portugal. O desafio é inequívoco: restaurar a confiança na política e na democracia, não com promessas vagas, mas com propostas credíveis, mensuráveis e transformadoras.

”

Doravante, perante novos desafios, como a frustração das expectativas quanto aos rendimentos, a iniquidade no acesso à habitação, as ameaças à coesão, o PS precisa de propor e liderar um novo processo aspiracional que mobilize o conjunto da sociedade portuguesa.

O PS reafirma a disponibilidade para ir ao encontro das pessoas, contrariando o presente quadro de desconfiança das populações face às instituições, à qual se tem de responder com transparência, reformismo e ação credibilizadora. Contribuirá para o restauro da confiança na democracia, liderando a oposição com firmeza, mas sempre responsável e de forma construtiva, de modo que seja devolvida a esperança aos portugueses.

Uma vez mais, o PS construirá uma ambição de modernização e de progresso para Portugal. O desafio é inequívoco: restaurar a confiança na política e na democracia, não com promessas vagas, mas com propostas credíveis, mensuráveis e transformadoras. Construir uma ambição para Portugal, que vá além da mera gestão, que inspire. Que assegure bons resultados na economia e que estes se traduzam em mais bem-estar, mais justiça e mais oportunidades; que assegure serviços públicos de qualidade por todo o território nacional e para as nossas comunidades no estrangeiro; que garanta a sustentabilidade e adequação da Segurança Social; que assuma políticas de modernização do tecido produtivo que permitam a realização pessoal dos jovens; que caminhe para a melhoria significativa dos salários, para o aumento sustentado das pensões e, como grande desígnio, queremos que o país se lance num grande projeto de construção e reabilitação de habitação. O PS demonstrará, de novo, que é o Partido mais capaz de oferecer respostas sérias e sustentáveis aos problemas reais do dia-a-dia das pessoas.

O Partido Socialista reconhece como uma prioridade maior a necessidade de unir forças para responder de forma decisiva ao avanço eleitoral, político e cultural dos movimentos radicais e populistas. O crescimento das posições políticas iliberais e autoritárias é um fenómeno global que ameaça as democracias de forma existencial. As causas deste fenómeno são diversas e de significativa complexidade. As respostas do campo democrático moderado serão igualmente construídas numa dimensão supranacional e, em particular, no espaço da União Europeia.

Porém, este novo quadro tem igualmente causas nacionais que é necessário compreender, de forma a definir políticas para a inversão desta tendência, quer pelo enriquecimento do debate democrático, quer pela valorização do enraizamento do trabalho político de proximidade, quer pela construção de políticas públicas eficazes e com capacidade de superar fraturas económicas e sociais de elevado risco. E, para além das questões que dizem respeito à vida comum dos cidadãos, cumpre ao PS fazer renascer a ética na política, aumentar a transparência, valorizar o bem comum. Os documentos de orientação estratégica que o próximo Congresso deverá discutir têm de seguir, em primeiro lugar e sem ambiguidades, estes pontos de debate.

Com este documento de estratégia política, a nova liderança do PS lançará um processo alargado de discussão e reconstrução do PS, não condicionando à partida os resultados que tal processo poderá alcançar. Essa discussão, aliás, já começou.

O tempo entre a eleição do Secretário-Geral e o XXV Congresso Nacional permitirá alargar e aprofundar o debate e construir de forma participativa uma nova visão para o país, mais completa e detalhada, que projete o programa do PS para os desafios do presente e do futuro, a partir das lições do passado.

Nestas circunstâncias, o presente documento de orientação política, que enquadra e sustenta a candidatura a Secretário-Geral do Partido Socialista, não se deve confundir com a Orientação Política do PS a aprovar, nem com a nova Declaração de Princípios a concretizar e, muito menos, com a nova visão de país que faremos nascer.

OUVIR E DAR VOZ ÀS PESSOAS

O caminho passa por uma maior transparência nos processos decisórios internos ao Partido, mas acima de tudo, por uma abertura na construção da proposta política do PS. A primeira prioridade é o PS recuperar a capacidade de mobilizar e dar resposta às eleitoras e aos eleitores, de todas as idades, territórios e estratos sociais, sempre honrando o seu património de defesa dos valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade.

Daí, e após o XXV Congresso Nacional, o PS dinamizará uma iniciativa nacional de debate público alargado, envolvendo a sociedade civil, designadamente os centros de produção de pensamento, num exercício estendido ao longo de 2026, visando fixar as linhas mestras de um programa de governo.

Para este trabalho exigente, o PS tem de abrir as suas portas. Para desafiar a sociedade civil a participar na construção do seu projeto político, forjando novas relações, mas também para os dirigentes e militantes do Partido saírem ao encontro dos seus concidadãos, integrando-se na vida da comunidade, quer localmente quer no mundo digital. A proposta política do PS tem de ser construída com as pessoas, especialmente



“

A proposta política do PS tem de ser construída com as pessoas, especialmente os jovens, os trabalhadores, a ciência e a cultura. Os que não esperam que a política os descubra, mas exigem que os respeite.

”

os jovens, os trabalhadores, a ciência e a cultura. Os que não esperam que a política os descubra, mas exigem que os respeite. O PS tem de escutar no terreno e inovar na forma como comunica com quem nasceu já depois da internet e das redes sociais. Tem de combater a desinformação e recentrar a sua mensagem nas aspirações reais das pessoas. Tem de refundar a centralidade da sua mensagem nos valores do PS, denunciando o engodo das propostas simplistas e inexequíveis oferecidas pelos populistas e extremistas. Só assim se gera confiança. Só assim se constrói esperança.

Esta reflexão articula-se com um empenhamento forte do PS nos processos eleitorais do próximo semestre.

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

O primeiro desafio eleitoral que o PS enfrentará são as eleições para as autarquias locais. O PS é o partido de referência no poder local e ambiciona continuar a sê-lo.

As portuguesas e os portugueses confiam na capacidade transformadora dos autarcas do PS. Concelho a concelho, freguesia a freguesia, o PS disputará as eleições com orgulho na força, na visão e nas propostas das suas candidatas e dos seus candidatos.

“

*As portuguesas e os portugueses
confiam na capacidade
transformadora dos autarcas do PS.
Concelho a concelho, freguesia a
freguesia, o PS disputará as eleições
com orgulho na força, na visão e nas
propostas das suas candidatas e dos
seus candidatos.*

”

Sem prejuízo da autonomia programática das estruturas locais do PS em cada município ou freguesia, a marca PS nas autarquias locais é uma marca de dinamização económica e de investimento no espaço e nos equipamentos públicos, transportes e habitação, de inovação e de simplificação administrativa, de inclusão e articulação de políticas sociais, culturais e educativas, de preocupação ambiental e com o desenvolvimento sustentável e de promoção de políticas participativas locais, mobilizadoras da população e das forças vivas de cada território. Essa identidade coletiva do PS ao nível autárquico será fortemente afirmada e valorizada, incluindo nos projetos progressistas abrangentes que lidere.

A defesa intransigente do poder local democrático pelo PS demonstrou-se na confiança depositada nas autarquias locais para que desempenhassem um leque mais alargado de responsabilidades, no quadro da descentralização de competências do Estado para os Municípios. Esse processo deve ser aprofundado, para que as entidades supramunicipais e as autarquias possam disponibilizar cada vez mais e melhores serviços às suas populações, em todo o território nacional. A descentralização é um grande contributo para a diminuição das assimetrias regionais, para o aprofundamento da coesão social e da participação política dos cidadãos.



ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

O Presidente da República, nos termos da Constituição “representa a República Portuguesa, garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas”. O cargo deve ser exercido por personalidades com as qualidades cívicas adequadas a um desempenho suprapartidário, isento, moderador e conciliador, com que todas e todos os portugueses se possam identificar. Empossado mediante juramento de defender a Constituição, o Presidente tem de estar alinhado com os valores da República, com a proteção dos direitos, liberdades e garantias e dos direitos económicos, sociais e culturais, com respeito da centralidade da dignidade da pessoa humana e da preservação do Estado de Direito democrático.

O Partido Socialista ofereceu ao País os melhores presidentes que a República Portuguesa conheceu. O órgão competente do Partido Socialista – no caso, o Congresso Nacional ou, entre congressos, a Comissão Nacional – deve apreciar e pronunciar-se, no momento próprio, sobre as candidaturas ou intenções de candidatura apresentadas pelas cidadãs e pelos cidadãos oriundos do espaço moderado que o centro-esquerda representa e que se propõem ao escrutínio eleitoral para o mais elevado cargo da República. No atual contexto de fragmentação parlamentar e emergência da extrema-direita importa, mais do que nunca, que a Presidência da República seja ocupada por um ou uma estadista, que tenha dado provas de maturidade política e seja garante do regime democrático.



CONSENSOS DEMOCRÁTICOS

Neste momento da vida do País o PS, mais uma vez, garantirá a colocação dos interesses do País, das portuguesas e dos portugueses, à frente do interesse do Partido. Porém, como acontece desde o momento da fundação da nossa democracia, o PS de Mário Soares nunca abdicará da sua base doutrinária própria e autónoma. O PS é um partido de pontes e de diálogo, o que já demonstrou por diversas vezes ao longo da nossa história democrática. A sua capacidade para construir consensos alargados ao conjunto das forças democráticas é decisiva num momento em que Portugal e a União Europeia têm de redefinir as suas estratégias para fazer face ao regresso da guerra em solo europeu e à crise da ordem internacional.

Neste momento da vida do País o PS, mais uma vez, garantirá a colocação dos interesses do País, das portuguesas e dos portugueses, à frente do interesse do Partido. Porém, como acontece desde o momento da fundação da nossa democracia, o PS de Mário Soares nunca abdicará da sua base doutrinária própria e autónoma. O PS é um partido de pontes e de diálogo, o que já demonstrou por diversas vezes ao longo da nossa história democrática. A sua capacidade para construir consensos alargados ao conjunto das forças democráticas é decisiva num momento em que Portugal e a União Europeia têm de redefinir as suas estratégias para fazer face ao regresso da guerra em solo europeu e à crise da ordem internacional.

O PS sempre contribuiu para a estabilidade e para a governabilidade, estando, ou não, à frente dos destinos do país. Não uma estabilidade política no vazio programático, mas sim assente em objetivos reformistas corajosos e realistas, rejeitando facilitismos e eleitoralismos, buscando consensos alargados em áreas estratégicas para o desenvolvimento da democracia e do País. Identificamos as cinco áreas de soberania como as naturais para o estabelecimento de consensos com outros partidos do arco democrático: política externa e europeia; defesa; segurança; justiça e organização do Estado.

“

O PS sempre contribuiu para a estabilidade e para a governabilidade, estando, ou não, à frente dos destinos do país. Não uma estabilidade política no vazio programático, mas sim assente em objetivos reformistas corajosos e realistas, rejeitando facilitismos e eleitoralismos, buscando consensos alargados em áreas estratégicas para o desenvolvimento da democracia e do País. Identificamos as cinco áreas de soberania como as naturais para o estabelecimento de consensos com outros partidos do arco democrático: política externa e europeia; defesa; segurança; justiça e organização do Estado.

”

O PS é o primeiro partido europeísta de Portugal e o principal responsável pelas estratégias que colocaram o nosso País na vanguarda da integração europeia. A política europeia é uma continuidade da política interna, concorrendo para concretizar os objetivos da sociedade portuguesa e para o reforço da posição euro-atlântica de Portugal. A dimensão atlântica – recordando que Portugal detém uma vasta Zona Económica Exclusiva e uma latente plataforma continental contíguas ao continente europeu – projeta a União Europeia para um espaço de enorme potencial científico e económico. Assim, Portugal deverá defender a adoção de uma agenda europeia para o Atlântico, que empreste maior coerência às várias políticas comuns e partilhadas – segurança, comércio, transportes, recursos, pescas, agricultura, investigação, coesão, entre outras – das regiões da fachada atlântica e das regiões ultraperiféricas.

A projeção da dimensão atlântica parte de um longo e privilegiado relacionamento no Atlântico Norte para a valorização também do relacionamento com o Atlântico Sul, designadamente com África e a América Latina, como pontes de uma relação saudável, de cooperação multilateral e entre iguais com o Sul Global, e da relação fraterna com os países da CPLP.

Portugal deve reclamar das instituições europeias um forte apoio à sua localização competitiva para energias limpas e telecomunicações globais, com consequente desenvolvimento das novas indústrias limpas e da economia digital, contribuindo assim, com o seu desenvolvimento socioeconómico, para a autonomia estratégica da União Europeia, necessária para consolidar a aliança internacional das democracias na luta comum contra as autocracias e os seus aliados internos.

O regresso da guerra e a desordem internacional tornam imperativa a defesa firme do multilateralismo e da manutenção da Paz, no quadro da Carta das Nações Unidas, da proibição da agressão e da vigência do direito humanitário.

O momento exige um novo impulso na integração europeia, centrado numa ambição renovada de coesão social e convergência, na reindustrialização limpa, na investigação científica e tecnológica e nas políticas de defesa. A posição de Portugal no espaço euro-atlântico e o seu estatuto como membro fundador da Aliança Atlântica são decisivos para a defesa da continuidade da comunidade transatlântica.

“

O momento exige um novo impulso na integração europeia, centrado numa ambição renovada de coesão social e convergência, na reindustrialização limpa, na investigação científica e tecnológica e nas políticas de defesa.

”

Nesse enquadramento, a capacitação militar-industrial deve ser uma iniciativa estratégica do Estado Português coordenada com os seus aliados europeus, que oriente as necessidades de investimento em defesa para contribuírem para o desenvolvimento económico, tecnológico e social do País, para a promoção da autonomia estratégica nacional e para a integração ativa do País nos esforços comuns de segurança e defesa europeias. O aumento de investimento na área da defesa deve constituir um investimento produtivo gerador de inovação, emprego qualificado, coesão territorial e valor acrescentado. Para isso, devem ser mobilizadas, para além das Forças Armadas, as universidades, os centros de investigação, os municípios e as empresas tecnológicas, no quadro de um plano nacional que priorize a investigação e inovação tecnológica, o reforço da capacidade produtiva nacional, as parcerias com fabricantes internacionais, a formação técnica e profissional e a internacionalização da indústria de defesa.

O PS procura uma segurança eficaz e ao mesmo tempo humanista, que valorize os seus profissionais e seja próxima das pessoas. Todos, sem exceção, têm direito à segurança. Importa garantir, em todo o território nacional, as funções da polícia de patrulhamento e de proximidade, estreitando as suas missões de prevenção de acordo com as prioridades estabelecidas ao nível dos Conselhos Locais de Segurança, em cooperação com as Autarquias Locais e demais instituições relevantes das comunidades locais.

A justiça é um pilar essencial do Estado de direito democrático. Perante a dimensão das dificuldades que o País tem nesta área tão relevante para pessoas e empresas, exige-se uma reflexão abrangente por parte de todos os agentes – magistrados, advogados e demais profissionais de justiça, a academia, partidos políticos e sociedade civil – com vista a encontrar as melhores soluções, no quadro de um Compromisso para a Justiça.

“

O aumento de investimento na área da defesa deve constituir um investimento produtivo gerador de inovação, emprego qualificado, coesão territorial e valor acrescentado. Para isso, devem ser mobilizadas, para além das Forças Armadas, as universidades, os centros de investigação, os municípios e as empresas tecnológicas, no quadro de um plano nacional que priorize a investigação e inovação tecnológica, o reforço da capacidade produtiva nacional, as parcerias com fabricantes internacionais, a formação técnica e profissional e a internacionalização da indústria de defesa.

”

O PS deve procurar, no âmbito de um debate alargado e participado pelos agentes do setor, encontrar entendimentos entre os partidos democráticos com vista à implementação de reformas que garantam maior celeridade e maior confiança na administração da justiça, assegurem o efetivo respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, previnam e combatam a criminalidade, especialmente nas suas formas mais complexas – a criminalidade económico-financeira, a corrupção e crimes conexos, a fraude e a evasão fiscal. Com efeito, o País precisa de dar um salto qualitativo no funcionamento da justiça, que tem implicações importantes na qualidade da democracia, bem como na vida das pessoas e das empresas.

A organização do Estado, seja na Administração Central, inclusive desconcentrada, seja na Administração Local, passando pelos mecanismos regionais e supramunicipais, carece de legitimação democrática. O PS defende uma reforma eleitoral a começar pelas autarquias, reforçando o seu parlamentarismo e permitindo executivos mais funcionais, a par do aprofundamento da descentralização e da municipalização de serviços do Estado. A modernização do Setor Público é fundamental para definir uma trajetória estratégica de transformação do Estado e da Administração Pública em todo o seu perímetro, repensando não apenas a organização, mas também os modelos de gestão e governança das organizações públicas. Um quadro regulatório de um Estado de direito moderno, mais simples e operativo, que permita tirar partido da colaboração e das oportunidades que o digital oferece para uma gestão sustentável do setor público, centrada no bem comum. Com lideranças capacitadas e responsáveis, e com envolvimento sistemático dos cidadãos na avaliação de resultados, será possível garantir eficiência na utilização de recursos, eficácia e inovação nas políticas e nos serviços públicos, transparência na atuação e maior atratividade do emprego público para todas as gerações de trabalhadores.

A revisão da Constituição não é uma prioridade do Partido Socialista. Muito em particular num contexto de fragmentação da representatividade parlamentar e de crescimento do número de deputados que não a querem verdadeiramente rever, mas sim destruir o regime democrático da República, desestruturando os princípios constitucionais da nossa democracia. A revisão constitucional não está, aliás, no centro das preocupações das portuguesas e dos portugueses e não foi objeto de debate na campanha eleitoral. Trata-se de uma iniciativa oportunista do radicalismo de direita que sonha ajustar contas com o legado de Abril.

“

O PS deve procurar, no âmbito de um debate alargado e participado pelos agentes do setor, encontrar entendimentos entre os partidos democráticos com vista à implementação de reformas que garantam maior celeridade e maior confiança na administração da justiça, assegurem o efetivo respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, previnam e combatam a criminalidade, especialmente nas suas formas mais complexas

”

Cabe por isso ao PSD a responsabilidade de dar garantias de sustentação do quadro democrático, honrando o compromisso histórico sempre partilhado com o PS e garantir a estabilidade de uma Constituição inteiramente apta a permitir qualquer solução democrática de governo e a normal alternância de poder no respeito pela vontade soberana dos eleitores. Na realidade, o potencial de reforma do sistema político aberto pela Revisão Constitucional de 1997 ainda não se encontra completamente explorado e é essa discussão que se deveria considerar prioritária. E esse será mesmo o contributo que faz falta para promover a qualidade da democracia, numa relação de maior proximidade e responsabilidade entre eleitos e eleitores, a benefício da autoridade democrática das instituições representativas. Se, todavia, um processo de revisão constitucional for aberto, o PS não prescinde, como no passado, de nele participar para que ele se circunscreva ao efetivamente necessário e para que se garanta sempre o respeito pelos limites materiais de revisão constitucional e a manutenção da República Portuguesa como um Estado de direito democrático, com um alargado catálogo de direitos, liberdades e garantias e de direitos económicos, sociais e culturais que concretizem o Estado Social e com os deveres que incumbem aos cidadãos de um país livre.



“

O PS defende uma reforma eleitoral a começar pelas autarquias, reforçando o seu parlamentarismo e permitindo executivos mais funcionais, a par do aprofundamento da descentralização e da municipalização de serviços do Estado. A modernização do Setor Público é fundamental para definir uma trajetória estratégica de transformação do Estado e da Administração Pública em todo o seu perímetro, repensando não apenas a organização, mas também os modelos de gestão e governança das organizações públicas

”

PACTO PORTUGAL FUTURO

A construção da estratégia política que resultará do próximo Congresso do PS deve balizar a ação do Grupo Parlamentar durante a legislatura que se inicia. Futuramente, resultará do diálogo com o país um Programa Eleitoral e depois de Governo, devendo ser um fator de união e de mobilização do Partido. O PS realizará uma profunda reflexão estratégica sobre os desafios do presente e do futuro, com vista a aprovar um Pacto Portugal Futuro, tendo como horizonte a visão de País que queremos ter em 2050. Um pacto com os mais jovens e as futuras gerações.

O Pacto Portugal Futuro deve estar organizado de acordo com as principais áreas da governação, a Declaração de Princípios do PS e alinhada com a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e com o Pacto para o Futuro, aprovado em setembro último pela Assembleia Geral das Nações Unidas, assumindo alguns pressupostos fundamentais:

O Pacto Portugal Futuro não pode prescindir do património de equilíbrio orçamental e credibilidade financeira e orçamental em que o PS deixou o País, como pressuposto indispensável para o crescimento sustentável da economia portuguesa. O Pacto deve projetar a centralidade que a política económica e que a criação e distribuição de riqueza têm no desenvolvimento socioeconómico do todo nacional. Deve dar prioridade ao crescimento sustentável da economia e dos rendimentos com base em 'contas certas'; recuperando a justiça fiscal nos rendimentos do trabalho e melhorando a competitividade fiscal das empresas; e melhorando as condições de vida, em especial no acesso à habitação e no combate à pobreza e às desigualdades.



“

O Pacto deve projetar a centralidade que a política económica e que a criação e distribuição de riqueza têm no desenvolvimento socioeconómico do todo nacional. Deve dar prioridade ao crescimento sustentável da economia e dos rendimentos com base em 'contas certas'; recuperando a justiça fiscal nos rendimentos do trabalho e melhorando a competitividade fiscal das empresas; e melhorando as condições de vida, em especial no acesso à habitação e no combate à pobreza e às desigualdades. O Pacto deve cuidar de reforçar o emprego e a dignidade do trabalho, incentivando a melhoria dos salários e das condições de trabalho, enfrentando os desafios que as novas formas de trabalho colocam à coesão das sociedades.

”

O Pacto deve cuidar de reforçar o emprego e a dignidade do trabalho, incentivando a melhoria dos salários e das condições de trabalho, enfrentando os desafios que as novas formas de trabalho colocam à coesão das sociedades. Nesse sentido, a diversificação da base económica, a sustentabilidade e a internacionalização da economia portuguesa desempenham um papel central.

Para além de uma especial atenção aos pequenos empreendedores e às PME, a quem devem ser incrementados os apoios, uma vez que representam uma fatia significativa do emprego nacional, devem ser privilegiados os incentivos aos ganhos de escala no crescimento e internacionalização das empresas portuguesas, bem como a proatividade da atração seletiva de investimento direto estrangeiro produtivo e estratégico. Para tanto, é fundamental o investimento nas qualificações, em ciência e inovação, na industrialização ambientalmente sustentável e uma tónica no aumento da produtividade e da competitividade das empresas. As economias 'azul' e rural devem ser potenciadas, conseguindo equilibrar o ordenamento e a proteção ambiental do território e da biodiversidade com a atividade humana e económica, desde logo a revitalização do setor das pescas e da piscicultura e a exploração sustentável da agricultura, da pecuária e da floresta, essenciais para a coesão e resiliência dos nossos territórios e para evitar a sua inutilidade económica e consequente abandono e desproteção.

Sempre com o objetivo de melhorar a qualidade e o nível de vida das portuguesas e dos portugueses, devem ser estimuladas políticas públicas baseadas na boa prática que constituíram as Agendas Mobilizadoras, que consolidaram e expandiram a colaboração entre as empresas e o sistema científico e tecnológico, incentivando os setores mais dinâmicos e criativos da sociedade portuguesa a criar riqueza e valor acrescentado, concretizando o potencial de crescimento da produtividade da economia, com base em investigação e desenvolvimento, inovação e diversificação e especialização da estrutura produtiva.

Do mesmo modo, devem ser implementados Pactos Territoriais de Desenvolvimento e Coesão, que mobilizem todas as camadas da organização administrativa, as empresas e as populações, no sentido de garantir horizontes estáveis de investimento público e privado, com objetivos claros e mensuráveis.

Devemos propor e dinamizar uma política de rendimentos e uma política habitacional ao serviço das famílias, considerando que a relação entre os baixos salários e a subida do custo de vida – com destaque para os encargos com a habitação – é um dos principais problemas nacionais e deve ser tratado com a prioridade que exige.

O Pacto promoverá ainda a justiça fiscal, combatendo a fraude e evasão fiscais, reduzindo correspondentemente os impostos sobre os cidadãos e empresas cumpridores e, em simultâneo, acompanhando em sede fiscal uma política de salários dignos e reforço dos rendimentos, valorizando o trabalho, promovendo a competitividade e atratividade do nosso País, contribuindo para a coesão territorial através do reforço aos incentivos ao investimento no interior. Bem como contribuirá com propostas para desburocratizar e simplificar a relação dos cidadãos e das empresas com o Estado, dando um novo impulso ao programa Simplex, facilitando a vida aos cidadãos, mitigando os custos de contexto para as empresas e reduzindo o custo da burocracia para o próprio Estado. Está em causa a melhoria do acesso aos serviços públicos, a eliminação de comunicações redundantes, designadamente entre as finanças e a segurança social, e a criação de um novo regime verdadeiramente simplificado para micro-empREENDEDORES.

“

O Pacto enfrentará, ainda, os problemas da melhoria da qualidade da democracia, da prevenção e combate à corrupção, da qualificação e modernização das Administrações Públicas e da simplificação da relação com os cidadãos.

”

O Pacto enfrentará, ainda, os problemas da melhoria da qualidade da democracia, da prevenção e combate à corrupção, da qualificação e modernização das Administrações Públicas e da simplificação da relação com os cidadãos. Bem assim, o PS reivindicará o seu legado em matéria de proteção civil e de reforço dos meios das forças e serviços de segurança, não se furtando a um debate elevado nessa matéria. A segurança é um dos principais ativos do País e não nos podemos dar ao luxo de o perder.

A recuperação da confiança das pessoas implica uma forte determinação no combate à pobreza e na redução das desigualdades, bem como na inclusão. O papel das qualificações é central nesse domínio. É fundamental resolver as dificuldades com que se confronta a escola pública, valorizar o ensino superior e o ensino profissional, bem como alargar o acesso dos públicos à cultura. Populações mais qualificadas são mais dificilmente atraídas pelos populismos e pelos extremismos. A emancipação das pessoas depende de poderem obter os meios para se informarem, refletirem e realizarem pessoalmente. A educação e a cultura são nisso peças essenciais. Restaurar o prestígio e o valor da escola pública e dos professores, investir em ciência e na produção de conhecimento e descentralizar a cultura, levando cultura aos territórios e deles trazendo os elementos da nossa identidade e dos saberes-fazer tradicionais, são pressupostos de coesão nacional essenciais. A cultura é, também, um setor de valorização económica e de inovação, promotor de emprego e de indústrias criativas.

O PS tem de reafirmar, com clareza, a defesa i) do Serviço Nacional de Saúde [SNS], robusto e moderno; ii) do sistema de pensões público, que garanta equidade intergeracional; e iii) de uma escola pública de qualidade, que seja um fator de melhoria das qualificações e da igualdade de oportunidades. O PS rejeita a privatização da saúde, a mercantilização das pensões e a desorçamentação da escola pública.

O Partido Socialista é o partido que fundou o SNS, reconhecidamente a obra política e socialmente mais relevante e meritória de Abril e que representa para os socialistas um orgulhoso ativo do seu património de ação política e governativa. Cabe ao PS preservar esse legado colocando-o ao serviço das pessoas, renovando e reforçando o SNS, que pode e deve ter complementaridades e cooperação com o setor social e privado, com melhores e mais adequados serviços, mais próximos, com mais qualidade, com maior acessibilidade e menores custos diretos de utilização. A situação em que se encontra o SNS leva o PS a reclamar um Compromisso Plurianual, que envolva os agentes e profissionais do setor e contenha uma programação do investimento em infraestruturas e equipamentos e a dignificação profissional, designadamente de valorização da investigação, da formação e da transmissão de conhecimentos.

“

O PS tem de reafirmar, com clareza, a defesa i) do Serviço Nacional de Saúde (SNS), robusto e moderno; ii) do sistema de pensões público, que garanta equidade intergeracional; e iii) de uma escola pública de qualidade, que seja um fator de melhoria das qualificações e da igualdade de oportunidades.

”

Na segurança social e no sistema de pensões públicas, e a par da sustentabilidade e perenidade do sistema, é essencial continuar a valorizar as pensões que atualmente estão a pagamento, garantindo que os pensionistas mantêm níveis de vida dignos e com qualidade semelhante à que tinham quando estavam no ativo. É um compromisso com que nos queremos afirmar, reconhecendo dignidade no final de uma vida dedicada ao trabalho. Ainda no sistema previdencial pretendemos garantir os direitos imediatos a quem tem quebras nos seus rendimentos de trabalho pelas eventualidades definidas como, por exemplo, parentalidade ou doença, e continuar a melhorar a eficácia na sua atribuição, com o investimento na transformação digital da segurança social.

A escola pública é o instrumento por excelência da sociedade aberta, da promoção da igualdade de oportunidades, por que se batem todas e todos os socialistas. A educação é um fator poderoso de melhoria de vida para pessoas e sociedades, de construção de autonomia e de responsabilidade. O PS tem sempre como prioridade o combate às desigualdades no acesso à educação, no sucesso escolar e nos trajetos escolares, do ensino pré-escolar ao superior. O País precisa de centrar a escola nos percursos dos alunos e investir na recuperação das aprendizagens, prosseguir a melhoria do sucesso escolar e reduzir o abandono escolar precoce, bem como diminuir os custos das famílias com a educação dos filhos. Ao PS cabe continuar a defender a escola pública, através da continuada melhoria do parque escolar, designadamente no quadro da descentralização de competências para os municípios. Assim, apostaremos na escola pública com programas adequados ao século XXI, garantindo-se um ensino exigente e de qualidade, que não deixa ninguém para trás, dando o apoio necessário aos alunos independentemente do patamar de que partem. O PS deve valorizar os professores, um grupo profissional que sempre fez parte da sua base de pensamento e ação políticas. Deve, por isso, garantir-lhes carreiras valorizadas, formação profissional, retirada de processos burocráticos desnecessários, outra representação na formação de currículos e na gestão escolar.

Salários justos são um pressuposto necessário para a dignificação do trabalho e para a qualidade de vida dos trabalhadores, contribuindo para uma melhor justiça social, num quadro de desenvolvimento socioeconómico harmonioso do País. O PS tem sempre defendido o papel da concertação social na negociação, implementação e acompanhamento de acordos de médio prazo de melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade. O crescimento económico depende, em grande medida, da capacidade do País de atrair e reter talento, de qualificar e motivar os seus trabalhadores e empreendedores, de reforçar a sua produtividade e de o conseguir refletir num reforço dos respetivos salários e rendimentos. O desenvolvimento social do País exige um aumento dos salários e dos rendimentos, o qual pressupõe o crescimento da economia e que trabalhadores e empreendedores sejam parte do sucesso das empresas. O Estado deve, por isso, promover o aumento da produtividade, por via da qualificação dos trabalhadores, dos incentivos à investigação & desenvolvimento, dos estímulos ao crescimento da intensidade tecnológica e de capital da economia e à promoção do empreendedorismo, promovendo o aumento dos salários e dos rendimentos dos trabalhadores e empreendedores. Uma política sólida de aumento dos rendimentos e de diminuição da carga fiscal, de forma que, no prazo de 10 anos, o salário médio português alcance o salário médio europeu.

Na habitação, o mercado não está a ser capaz de responder às necessidades de uma camada significativa das famílias portuguesas. Segundo os últimos dados do INE, mais de 700.000 habitações estão vazias, enquanto milhares de famílias lutam por uma habitação condigna. Porém, o parque público de habitação de renda acessível em Portugal ronda 2% do parque habitacional total. Essa cifra compara com 20% na Dinamarca, 18% no Reino Unido, 17% na França ou 9% na Irlanda, por exemplo. A habitação tem de manter a prioridade atribuída pelo PS a novas políticas, reforçando o sentido de emergência social na atuação nesta área. No plano estrutural, a curto e médio prazo, é necessário aumentar muito significativamente o parque público de habitação acessível e fomentar a construção de nova habitação e da reabilitação urbana para fins habitacionais, pelo setor privado e cooperativo, alinhando incentivos nos casos em que os imóveis se destinem a habitação a custos controlados, num grande Pacto Nacional para a Habitação. A centralidade deste desafio nos jovens é essencial, a par de uma política fiscal e salarial que permita apoiá-los no início das suas vidas profissionais e de autonomização familiar. O nosso objetivo deve ser garantir que, no prazo de dez anos, todas as famílias tenham acesso a uma habitação condigna, fazendo conjugar a oferta de mercado com a oferta municipal de habitação e os incentivos à construção de casas a preços acessíveis.



O debate a fazer no contexto da elaboração do Pacto Portugal Futuro enfrentará o tema das migrações. Portugal é um país aberto ao outro e assume que este outro deve chegar de forma legal e organizada. Portugal precisa de trabalhadores migrantes e de reforçar a capacidade nacional de acolhimento e integração. É fundamental ter políticas migratórias que garantam a coesão no nosso País, num quadro de combate às redes criminosas de imigração ilegal. Sabemos bem como a questão dos migrantes é hoje tratada pelos grandes movimentos populistas. O PS não pode admitir que a clivagem entre cidadãos nacionais e estrangeiros se aprofunde. É preciso dar resposta aos que nos procuram para melhorar a sua vida, combinando humanismo e responsabilidade. Para tal, Portugal precisa que a imigração seja regulada ao longo de todo o seu percurso. Sobretudo porque reduzir a irregularidade é uma das condições para o sucesso de boas políticas de integração, que criem um forte sentimento de pertença dos imigrantes à sociedade portuguesa. Mas Portugal precisa, também, de investir mais e melhor nas próprias políticas de integração dos imigrantes, até para que possamos dar uma resposta adequada aos desafios que os novos fluxos migratórios colocam.

Por último, mas não menos importante, o PS reafirmará as suas preocupações ambientais, sempre presentes no seu património político, e deve continuar a liderar as propostas políticas no campo da proteção e regeneração ambiental e da ação climática. Deve, aliás, procurar fazê-lo enquanto fator de aproximação aos mais jovens, como representantes atuais das gerações futuras. Muito se fez do ponto de vista da autonomia e inovação energética e do desenvolvimento do recurso a fontes renováveis endógenas de produção de eletricidade, mas muito há a fazer ainda nesses e noutros domínios, como na gestão da água, no tratamento e valorização dos resíduos, na redução das emissões, designadamente com a promoção de transportes públicos acessíveis, de qualidade e descarbonizados, bem como de estratégias de mobilidade sustentável. Do mesmo modo, há muito ainda por fazer na promoção da economia circular, nomeadamente na indústria, e da promoção de circuitos curtos, designadamente na produção agroalimentar. Temos de garantir que, no máximo até 2035, Portugal seja capaz de se autoabastecer de eletricidade com recurso a fontes renováveis.

“

Por último, mas não menos importante, o PS reafirmará as suas preocupações ambientais, sempre presentes no seu património político, e deve continuar a liderar as propostas políticas no campo da proteção e regeneração ambiental e da ação climática. Deve, aliás, procurar fazê-lo enquanto fator de aproximação aos mais jovens, como representantes atuais das gerações futuras

”

REFORMAR O PARTIDO

O PS, como partido empenhado na defesa radical da democracia, tem o dever histórico de contribuir para a promoção de uma sociedade mais livre, mais justa, mais solidária e mais pacífica. Num contexto de emergência de populismos, assentes num longo trajeto de progressivo desencanto das populações, é fundamental restaurar a confiança das cidadãs e dos cidadãos na democracia e nos partidos políticos. O PS estará sempre na primeira linha, ao lado dos seus aliados na luta contra as estratégias de tomada do poder pelas forças ultrarradicais e populistas, que estão a minar a democracia em Portugal, na Europa e no mundo.



A valorização da militância faz-se pela promoção da participação, permitindo a cada militante, e a cada simpatizante, de acordo com os seus interesses, contribuir para a intervenção pública do Partido e para a valorização das suas políticas. Nesse contexto, o PS intensificará o contacto do Secretário-Geral e do Secretariado Nacional com as estruturas distritais e locais. O PS reverá a sua organização interna, com vista a promover um nível de reflexão, coordenação e decisão à escala intermunicipal. O PS investirá na formação contínua dos seus militantes e quadros, com vista a garantir um nível cada vez mais elevado do debate interno em todas as suas estruturas.

A recuperação da centralidade do mundo do trabalho num Partido com essa História e tradição é também da maior importância. A valorização das secções setoriais e temáticas é vital nesse contexto, bem como a valorização dos sindicalistas socialistas. Em especial nos contextos transformadores que o mundo do trabalho enfrenta na atualidade.

O PS manterá a sua luta intransigente pela igualdade de género e pela participação igualitária de homens e mulheres na vida política, bem como a promoção de ambientes acolhedores da diversidade nas suas próprias estruturas.

Como partido de mulheres e homens livres, privilegiará o princípio da liberdade de voto dos Deputados do Grupo Parlamentar em matérias de consciência e nas demais nos termos estatutários.

Não há democracia sem partidos, mas há democracia para lá dos partidos. O PS assegurará canais de diálogo com as organizações da sociedade civil participativa, com os movimentos sociais, com a academia e as instituições do sistema científico nacional, e abrirá o seu funcionamento à participação de todos e de todas. O PS organizará espaços institucionalizados e regulares de contacto, de natureza temática, entre todas as estruturas e os eleitos pelo Partido Socialista ou que exerçam cargos políticos por sua indicação, com vista à troca de experiências e informações, bem como à apresentação pelos simpatizantes, militantes e estruturas da sua visão e propostas. Estes espaços poderão, quando adequado, evoluir para fóruns de debate temático ou setorial abertos à participação de não militantes. Em particular, o PS criará um Conselho Estratégico junto do Secretário-Geral. Para adaptar o Partido aos novos desafios e ao novo Pacto, é necessário repensar o seu modelo de organização e modo de funcionamento. Este processo deve ser ponderado e participado, pelo que será proposto, ao XXV Congresso do PS, que abra um período de revisão estatutária a decorrer em 2026.

PROPÓSITO



O PS é e continuará a ser um partido credível e responsável, próprio de quem tem e dela não prescinde da sua vocação de partido de governo. Lidera a oposição democrática e europeísta, com forte implantação e apoio popular.

É preciso construir um futuro de esperança para Portugal e para as portuguesas e os portugueses. Um futuro de Paz na Europa e no mundo, assente na capacidade de as democracias defenderem o direito e a ordem internacionais. Um futuro orientado para o crescimento da economia e do emprego, com trabalho digno e melhores salários, sobre uma base económica diversificada, assente na inovação e no conhecimento, com justiça social e respeito pela diversidade. Um País crescentemente autónomo do ponto de vista alimentar e energético, através de uma maior incorporação de energias renováveis no consumo energético total, que protege a biodiversidade e trata melhor dos seus recursos e dos seus resíduos, promovendo a sustentabilidade e a circularidade. Um País de mar e de terra, que abraça o seu potencial económico, com respeito pela proteção da vida marinha e pelo ordenamento do território. Um País que aposta na dupla transição verde e digital. Um País descentralizado, com autarquias locais reforçadas nas suas competências. Um País cuja unidade se faz também através do desenvolvimento da autonomia dos Açores e da Madeira. Um País democrático, seguro, coeso e resiliente territorialmente, com instituições eficazes e um sistema de justiça eficiente. Um País aberto ao mundo e ciente da sua importância no projeto europeu, na aliança atlântica e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Um País que está onde está uma portuguesa ou um português. Um País que procura o bem-estar das portuguesas e dos portugueses no presente, sem comprometer o futuro. No fundo, que reafirme o compromisso de sempre dos socialistas: não deixar ninguém para trás! O PS foi e será a garantia da Democracia, da Liberdade e da Justiça Social.

Conto com todas e com todos,

José Luís Carneiro



